



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 09/11/2023 20:14:38.387 - CFT

REQ n.77/2023

REQUERIMENTO N° , DE 2023

(Dos Senhores Lindbergh Farias e Alencar Santana)

Requer aprovação de Moção de repúdio acerca da intenção do Banco Central do Brasil de agir sem respaldo legal e restringir o uso da modalidade compra parcelada sem juros no cartão de crédito.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), que seja oficializada nesta Casa Legislativa uma Moção de Repúdio contra as declarações públicas do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor Roberto Campos Neto, acerca de intenções do referido órgão regulador de, sem respaldo legal da Lei nº 14.690, de 3/10/2023, adotar medidas restritivas às compras parceladas sem juros no cartão de crédito no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Depois de realizar amplos debates sobre o endividamento das famílias brasileiras, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 2685/2022, de autoria do deputado Elmar Nascimento e de relatoria do deputado Alencar Santana, originando a Lei nº 14.690/2023, que instituiu o Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes, mais conhecido como o Desenrola Brasil.

O Desenrola Brasil foi pensado para resolver o problema do endividamento das famílias, que, na época da tramitação do PL nº 2685/2022, atingia 71 milhões de pessoas (cerca de 43,78% da população brasileira). O Desenrola Brasil possibilita que as pessoas endividadas consigam obter descontos no saldo devedor de suas



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238974411900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lindbergh Farias e outros



* C 0 2 3 8 9 7 4 4 1 9 0 *
ExEdit



dívidas e depois renegociar os débitos remanescentes com taxas de juros bastante favoráveis, restabelecendo, assim, a regularidade dos seus nomes nos cadastros de inadimplentes.

Houve, na elaboração da Lei nº 14.690/2023, a preocupação de estabelecer mecanismos para evitar o inadimplemento posterior das pessoas, considerando as principais causas do endividamento das famílias, a exemplo dos juros exorbitantes cobrados pelos emissores de cartão de crédito, cujas taxas médias alcançavam, à época, 439,24% ao ano no crédito rotativo^{1,2}.

O art. 28 da Lei citada estabeleceu, por isso, sob inspiração de experiências identificadas em outros países, a obrigatoriedade de os emissores de cartão de crédito, como medida de autorregulação, submeterem à aprovação do Conselho Monetário Nacional, por intermédio do Banco Central, limites para as taxas de juros e encargos financeiros cobrados no crédito rotativo e no parcelamento de saldo devedor das faturas de cartões de crédito.

A Lei nº 14.690/2023 não estabeleceu qualquer restrição a compras parceladas sem juros no cartão de crédito, até porque não existem evidências de que elas sejam causas determinantes da inadimplência das famílias. Ao contrário, como constatamos em estudos analisados e nos debates realizados, o parcelado sem juros no cartão de crédito é uma medida benéfica aos consumidores, que conseguem financiar suas compras sem estarem sujeitos aos juros abusivos cobrados pelos bancos³.

Ressalto que a prática de limitar as taxas de juros foram adotadas em vários países, ou está em curso, como ferramenta de proteção ao consumidor, após as crises econômicas ocorridas na década de 2010 para cá.

¹ Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reportxjuros/?codigoSegmento=1&codigoModalidade=204101>. Acesso em: 28 ago. 2023.

² Ver: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reportxjuros/?codigoSegmento=1&codigoModalidade=215101>. Acesso em: 28 ago. 2023.

³ Em matéria publicada pela “Folha de São Paulo”, em 06 de novembro de 2023, consta, inclusive, que “o uso do parcelamento de compras sem juros diminui em cerca de 4% a chance de o consumidor cair no rotativo do cartão e em 7% a possibilidade de estar inadimplente uma vez usando o rotativo”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/bancos-e-setor-de-cartoes-fazem-nova-euniao-com-bc-sobre-juros-do-rotativo.shtml>. Acesso em: 8 nov. 2023.



exEdit
* C D 2 3 8 9 7 4 1 9 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 09/11/2023 20:14:38.387 - CFT

REQ n.77/2023

Por fim, destaco que esta sugestão de limitar a compra parcelada sem juros no cartão de crédito foi discutida com vários líderes dessa Casa e foi refutada.

Pelo relatado acima, esta moção tem o objetivo de repudiar as intenções explicitamente declaradas pelo Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor Roberto Campos Neto, de agir de forma contrária ao espírito da Lei nº 14.690/2023, estabelecendo, sem respaldo legal, restrições ao uso do parcelamento sem juros do cartão de crédito no Brasil, medida que prejudicará os consumidores brasileiros e beneficiará ainda mais os grandes bancos.

Diante do exposto, requeiro a aprovação da presente moção e o seu devido encaminhamento ao Presidente do Banco Central do Brasil, com o repúdio da Câmara dos Deputados de qualquer iniciativa que venha prejudicar os consumidores brasileiros mediante restrições ao uso do parcelamento sem juros do cartão de crédito.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2023.

Deputado **LINDBERGH FARIAS**

Deputado Federal

Deputado **ALENCAR SANTANA**

Deputado Federal



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238974411900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lindbergh Farias e outros



LexEdit

* C D 2 2 3 8 9 7 4 4 1 1 9 0 0 *



Requerimento de Moção (Do Sr. Lindbergh Farias)

Requer aprovação de Moção de repúdio acerca da intenção do Banco Central do Brasil de agir sem respaldo legal e restringir o uso da modalidade compra parcelada sem juros no cartão de crédito.

Assinaram eletronicamente o documento CD238974411900, nesta ordem:

- 1 Dep. Lindbergh Farias (PT/RJ) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Alencar Santana (PT/SP) - Fdr PT-PCdoB-PV

